Despacho de encaminhamento da CBEX ao MP/TCU, VIA SCBEX/ADGECEX

TC 026.611/2013-9

1. Atuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor/entidade executora e, promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – CADIRREG, de que trata o §1º do artigo 1º da Resolução – TCU 113/1998, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Scbex/Adgecex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Adalva Alves Monteiro	24/5/2013	3232/2012-TCU-1C
Márcia Tereza Correia Ribeiro	23/5/2013	521/2013-TCU-1C

2. Esclareço que, no que tange ao Ofício de comunicação 1759/2012-TCU/Secex-MA, referente ao Acórdão condenatório 3232/2012-TCU-1C da responsável Adalva Alves Monteiro, este foi encaminhado diretamente à responsável, apesar de constar no mencionado Acórdão que há advogado constituído nos autos. Uma vez interposto Recurso de Reconsideração, presume-se que a responsável foi devidamente notificada.

3. Ademais, o Ofício 1126/2013-TCU/Secex-MA foi devidamente enviado ao procurador da responsável Adalva Alves Monteiro. Ressalte-se que a renúncia dos advogados ao mandato procuratório da responsável apenas se deu em 18/9/2013 (conforme no documento de renúncia ao mandato procuratório). Diante disto as notificações anteriores à renúncia foram encaminhadas diretamente aos advogados, uma vez que permaneciam como representantes da parte.

4. Em se tratando da responsável Márcia Tereza Correia Ribeiro, o Ofício 1766/2012-TCU/Secex-MA, referente ao Acórdão Condenatório 3232/2012-TCU-1C, foi enviado ao endereço antigo constante na base de dados da receita federal.

5. Ainda, acerca do Ofício 1127/2013-TCU/Secex-MA, referente ao Acórdão de Recurso de Reconsideração 521/2013-TCU-1C, foi enviado ao defensor público devidamente habilitado nos autos.

Secex-MA, em 2 de outubro de 2013

(Assinado eletronicamente)

Francisco de Assis Martins Lima

Assessor em substituição

(com delegação de competência conferida pela Portaria-Secex-MA 12/2013).